

Quart'ética realizada em 21/03/2007

Tema: Avaliação Psicológica no Âmbito Jurídico e o Agir Ético

Palestrante: Psicóloga Marcia Ferreira Amendola – CRP 05/24729

Obrigada. Quero agradecer o convite à Ana Lúcia, presidente da Comissão de Ética. Eu havia combinado com a Ana que eu iria aproveitar esse espaço para trazer a minha vivência. Como a Leila falou, são vários os temas que a Psicologia tem com o Direito e o meu tema, que foi objeto da minha pesquisa de mestrado, é sobre a violência com crianças.

Vou utilizar o Data Show para me acompanhar na apresentação.

“Psicólogo no labirinto das acusações” foi o título do meu trabalho de mestrado com a orientação da professora Leila. A minha trajetória, para eu chegar nessa pesquisa, começou com a residência no Hospital Universitário Pedro Ernesto, fazendo avaliação psicológica no Setor de Psicodiagnóstico, onde atendi muitos casos, inclusive alguns por solicitação judicial, para fazer avaliação em casos de suspeita de abuso sexual de crianças. Fiz a minha monografia baseada nesse tema, intitulada: “Mães que choram – avaliação psicológica de mães com crianças vítimas de abuso sexual”. Eu trouxe o livro “O Mosaico da Violência”, inclusive, porque a minha monografia virou um artigo desse livro. Nele eu conto como que foi esse processo de avaliação e como, no acompanhamento de alguns casos eu passei a suspeitar que havia uma falsa denúncia por mães que alegavam que a criança tinha sido abusada.

Nesse ínterim, colaborei com um site chamado *PaiLegal* que tem um fórum em que os pais discutem sobre temas relacionados à parentalidade. Alguns desses pais falaram exatamente sobre esse assunto, dizendo que foram acusados de abusar sexualmente dos filhos, alegando que isso não era verdade. Um aspecto que sobressaía era que as alegações se davam no contexto de separação litigiosa ou na disputa pela guarda dos filhos. Situação esta em que a mãe vinha tentando obstruir o contato da criança com esse pai. Quando o pai recorria à Justiça para garantir o direito de conviver com o filho, a denúncia de abuso surgia, gerando o afastamento do pai.

Assim, o mestrado foi feito na UERJ com esse tema. Vou trazer agora uma parte dessa pesquisa, que foi a entrevista com psicólogos. Essa pesquisa tinha por objetivo compreender como vêm sendo desempenhadas as práticas dos psicólogos que atuam em instituições de referência para atendimentos de avaliação de casos que envolvam denúncias de abuso sexual contra crianças.

Essa pesquisa teve duas etapas. Uma primeira com questionários que foram enviados para esses pais por e-mail, assim eu não tive contato com esses pais que eram participantes do fórum do *site PaiLegal*. Eram pais do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, no total de 10 pais que responderam ao questionário. A partir do conteúdo desse questionário, elaborei um roteiro de entrevista que fiz com os psicólogos. Assim, foram realizadas entrevistas individuais com psicólogos que atuam em instituições de referência de casos de violência sexual contra crianças. E quais foram os resultados? Esse é o momento que eu vou aproveitar para trazer a fala dos profissionais durante as entrevistas.

Desses profissionais, eu levantei então alguns itens, seriam:

Formação e capacitação insuficientes. Muitos desses profissionais ingressavam nessas instituições sem experiência anterior, sem qualificação, sem nenhum tipo de preparo para atender os casos de denúncia de abuso sexual. E os psicólogos falaram: “Estou sempre lendo a respeito, procurando me aprimorar, mas não há capacitação. A capacitação, que não é bem capacitação, não capacita muita coisa”. Afinal, o que é uma capacitação que não capacita? Alguns profissionais relataram que passaram por um treinamento: “Tivemos três dias de treinamento com profissionais experientes no atendimento a crianças abusadas”. Os psicólogos entrevistados, que ingressaram nessas instituições, ao começarem a atender os casos, muitos falaram que têm que pagar do próprio bolso por algum curso, ler e arranjar tempo para poder se capacitar.

Atuação na área e atribuições – avaliação psicológica da criança. Todos os psicólogos falaram que estavam na instituição para fazer avaliação psicológica da criança. A mãe era ouvida também, mas o alvo era só a criança e que essa avaliação era encaminhada posteriormente à Justiça.

O trabalho em equipe multidisciplinar. “Falta psicopedagogo, fonos, mais psicólogos e até de advogado. Não há uma equipe grande para que possa ser chamada de equipe multidisciplinar”. As equipes, algumas são formadas por psicólogos, outras por profissionais da educação e assistentes sociais. Existe, portanto, um pedido para que outros profissionais integrem esse trabalho que, aliás, é muito para pouco profissional.

Supervisão. A questão da supervisão também está ligada a isso. “Não há supervisão dos casos. A equipe se reúne uma vez por mês para poder discutir o trabalho, e não os casos”; “Sinto falta. Gostaria de ter mais tempo para fazer essas reuniões, mas somos em número pequeno e temos muitos casos em atendimento”. O panorama é esse: não há supervisão dos casos para a maioria dos psicólogos entrevistados, embora a equipe se reúna para discutir questões de trabalho. Quando há supervisão, ocorre uma vez ao mês ou quando possível, pois

há muito trabalho, poucos profissionais e as equipes, como algumas possuem apenas um único psicólogo, não é possível discutir os casos com um profissional da sua área, o que dificulta também seu trabalho.

O atendimento psicológico. “Os atendimentos destinam-se à criança. Recebíamos o responsável pela criança, normalmente era a mãe que fazia a denúncia. O pai não era chamado porque poderia ser perigoso. Só quando fosse extremamente necessário”. Esse relato foi algo que se destacou porque, não só na minha pesquisa, mas em congressos que eu já participei, ouvindo psicólogos de outras instituições, que não atendem o pai ou a pessoa que foi acusada, restringindo a avaliação à criança e, normalmente, à mãe que acompanha esse atendimento da criança. Entretanto, existe a idéia de que a pessoa que foi acusada é perigosa. Achei interessante a postura de um dos psicólogos entrevistados que assumiu que errou ao sustentar essa prática de exclusão. Na percepção desse psicólogo, muitos casos tomaram rumo diferente depois que passou a entrevistar o pai e, em alguns casos, não só o pai, mas o professor também e outras pessoas do convívio da criança. Esse psicólogo, por exemplo, conseguiu ver que as relações daquela criança – mãe, pai, psicólogo, professor, até a babá na creche – eram pessoas que podiam dar um depoimento interessante para o caso e pode verificar que a mãe já havia acusado a babá na creche, depois a professora na escola, finalmente, com a separação, acusou o pai, todos por abuso sexual.

O atendimento psicológico. “A criança tem que ter direito de querer falar. Não dá pra ficar forçando a criança a falar. Se ela quer manter pra ela, é um direito dela, não estou certa? Vou massacrar a criança com perguntas, ela vai se fechar ainda mais ou vai responder aquilo que eu quero ouvir”. Isso também é um ponto de muita discussão a respeito dessa fala da criança. Eu trouxe a revista *Psicologia e Sociedade*, da ABRAPSO em que eu, a Leila e a Lygia Ayres publicamos um artigo, em que discutimos, exatamente, a questão da fala da criança no sistema judicial. E quando essa psicóloga levanta a questão sobre o quanto pode estar forçando para que a criança fale sobre um suposto abuso que teria sofrido, interroga se a sua prática não seria uma forma de violência, marcando sessões, uma atrás da outra, na esperança de ouvir a criança revelar o abuso. Porque, ao final, parece que é isso que se busca. Também é bastante pertinente a consideração que a psicóloga faz se não estaria levando a criança a corresponder suas expectativas, se ficasse insistindo, insistindo, insistindo...

Teoria e técnicas e a entrevista de revelação. Entrevista de revelação, bonecos anatômicos, desenho livre, fantoches, brinquedos, jogos. “Tem que saber trabalhar com esses instrumentos. É preciso ter muita responsabilidade, pois pode acabar induzindo. Eu sei que se você não está capacitado, pode acabar sugestionando. Mesmo capacitado você pode errar”.

Quem não conhece, bonecos anatomicamente detalhados ou corretos são bonecos que apresentam as partes genitais e caracteres secundários, como seios e pêlos, representados nos bonecos de mulher, criança, jovens, idoso... toda uma família, e a criança vai manipular esses bonecos. A técnica é muito controversa porque o fato de uma criança explorar o brinquedo e manipular o orifício da vagina ou a língua que se projeta não tem relação direta com o fato de ter sido ou não abusada. Se essa psicóloga que trabalha com os bonecos anatômicos entende que mesmo estando capacitado, é possível que o profissional erre em seu julgamento. “Os bonecos foram usados durante um ano, mas os resultados foram contraditórios. Eu peço a autorização dos pais para usar os bonecos com as crianças, eles não permitem. Sem a autorização deles eu não realizo a entrevista com os bonecos. Deixamos de usar os bonecos anatômicos e passamos a usar família de bonecos comuns. Acho que os bonecos comuns funcionam muito melhor que os outros”. Os bonecos comuns, estes que compramos em lojas para dar aos nossos filhos, a idéia é que a criança possa fazer uso desses recursos sem causar confusão ou resultados contraditórios, afinal, a que conclusão se pode chegar quando uma criança mexe na genitália do boneco?

Laudos. “Enquanto não temos certeza de que ocorreu o abuso, se a criança ainda não falou, emitimos laudos parciais. Podem ser vários laudos parciais. E os conclusivos quando a criança fala”. Novamente, o psicólogo remete à criança a importância de se falar do abuso, dizer que foi abusada para ser escrito no laudo para este se tornar conclusivo. Nesse caso podemos lembrar a fala da Leila: qual é essa demanda? O psicólogo deve dizer para o juiz que a criança foi abusada? Será que esse é o nosso papel? Fazer esse julgamento e fornecer ao juiz? Não estaremos retirando-lhe as dúvidas, próprias da condição de julgar? É preciso que nos deparemos com essas reflexões, porque... “Isso é um problema porque temos que fazer o nosso trabalho e por vezes nossos laudos são contrários ao de outras instituições. O laudo é um material que irá subsidiar a decisão do juiz”. Existe uma expectativa muito grande dos psicólogos entrevistados de que os laudos irão resolver os impasses judiciais. Se o laudo é material que irá subsidiar a decisão do juiz, se estamos concluindo pelo que houve com a criança, entendemos que o processo já está definido. No entanto, quando o juiz, que pode ou não fazer uso desse documento, optar por não basear sua decisão no laudo, há uma queixa muito grande dos psicólogos. E a fala dessa psicóloga traz a possibilidade de haver processos que amontoam laudos contraditórios. Na Justiça, se há laudos contraditórios, as partes costumam solicitar mais e mais documentos. Em um questionário respondido por um pai acusado, a criança já havia passado por oito avaliações psicológicas.

“O laudo é um problema. Quanto vale um laudo para o juiz? Tenho muito medo do poder da capacitação, do psicólogo se achar capacitado, que sabe fazer um laudo conclusivo”. Nesse caso, corre-se o risco de o psicólogo considerar sua análise a verdade dos fatos e que seu laudo conclui para a ocorrência de um abuso, portanto fornecendo a resposta para o juiz, por sua vez, concluir o processo. Nessa situação, os pais informaram no questionário que estavam denunciando os psicólogos para suas Comissões de Ética por acusá-los de abuso sexual sem tê-los ouvido. Em São Paulo, em pesquisa organizada pela Comissão de Orientação e Ética do CRP, verificou-se que a área de maior concentração de processo ético é a da avaliação psicológica, representada pelos laudos e que os principais aspectos de contestação se referem às técnicas utilizadas, à condução do profissional durante a avaliação, à fundamentação das conclusões e à produção de um laudo parcial quando apenas uma parte é avaliada, ou seja, quando o laudo é parcial, no sentido de que avaliou só a criança e excluiu o pai acusado. Assim, esses pais têm solicitado a abertura de processo ético, questionando como é possível que os psicólogos, ao os excluírem da avaliação, podem apontá-los como autores do suposto abuso.

Falsas denúncias. “Os casais separados que ficam brigando e colocando a criança no meio fazem muitas denúncias de maus-tratos ou que a criança não toma banho, esse tipo de coisa. Muitas denúncias são vazias. A criança pode não ter vivenciado a experiência como um abuso e está sujeita às interpretações dos psicólogos, seus valores, crenças, preconceitos. O psicólogo acaba se envolvendo demais”. Trata-se de um alerta para o psicólogo quanto ao seu posicionamento. Não devemos confundir valores morais, da ordem do pessoal, com o que é da Psicologia, suas técnicas, recursos e teorias.

Dificuldades. O destaque está para a falta de estrutura material e pessoal, saturação de serviço nas instituições e na rede de atendimento, na qual várias instituições estão interligadas para receber encaminhamentos para atendimento psicológico, os quais não são concretizados por falta de vagas. De acordo com esses profissionais: “não há como atender as crianças pequenas. Eu tenho que ter recursos, uma estrutura pra trabalhar com crianças, porque elas não verbalizam como nós. Preciso de uma condição especial, própria para elas”. A estrutura é precária, não há condições físicas, materiais para o profissional realizar seus atendimentos. Às vezes, é uma única sala para toda a equipe: psicólogo, assistente social, de modo que a porta precisa ficar aberta para quando o outro profissional precisar entrar. Se o psicólogo está entrevistando, vai ser interrompido, nesse caso, como fica o sigilo? Salas em que há uma abertura superior na porta para ventilação, por onde a conversa pode ser ouvida pelo corredor. Falta material, não há recurso. O interessante é que todas as instituições possuem os bonecos

anatômicos, mas papel, canetinha, giz de cera para criança usar, isso falta, pois é material que precisa ser renovado freqüentemente.

“O trabalho foi interrompido e a gente teve que estruturar tudo de novo para começar. A equipe é nova e estamos na fase de fazer reuniões para colocar o trabalho em ordem”. Nesses casos, o Governo tem uma função primordial – falo do Governo do Estado, do Município – que têm o dever de dar assistência, contudo, há falta de verba ou problema no repasse desta.

Para finalizar, faço um convite, até mesmo uma proposta para a criação de parcerias entre os psicólogos e o seu Conselho de Classe, porque há muito a se pensar acerca dessa prática profissional, trazida na fala desses psicólogos, há muito que se fazer, pois não é possível lidar com tanto abandono e falta de investimento na formação profissional. Obrigada!

Participante: José Jorge

Boa noite, meu nome é José Jorge, sou estudante de Psicologia na Uerj. E a palestra toda me assustou muito, assim, porque parece que o psicólogo está completamente perdido na Justiça: não tem condição para trabalhar, não tem capacitação, o que ele faz vale ou não vale, ninguém sabe nada, a ética... sabe? Sei lá... (Risos)

É uma pergunta meio geral, mas o básico que eu queria saber é o quê que o Conselho está fazendo, entende, pra organizar a gente? Pra quando eu terminar a faculdade poder trabalhar no Fórum feliz? (Risos).

Participante: Maria Luisa

Eu sou Maria Luisa, sou psicóloga da 1ª Vara de Família de Nilópolis, presto auxílio à 2ª Vara de Família, Infância e Juventude e do Idoso de Nilópolis também. Como é seu nome mesmo? José, a gente não está tão perdido assim! (risos) Na verdade, não é bem uma pergunta, acho que eu quero fazer um depoimento de profissional, como os colegas aí, Eliana e César, a gente encontra muitas dificuldades, a gente tem muitos questionamentos, sou ex-aluna da Leila também, mas desde o início, desde o dia em que eu botei os pés lá no Tribunal, eu procurei subsídios. Realmente o profissional, o que a Márcia colocou, a gente tem que procurar se capacitar, porque o Tribunal manda a gente pra frente de trabalho e a gente tem que se virar, mas eu acho – e isso acho que posso falar pelos colegas também – a gente se questiona muito, a gente discute, a gente se reúne e procura fazer um bom trabalho, com equívocos, com avanços, com retrocessos, mas não é uma coisa que... hoje em dia, recentemente a gente até recebeu um material... depois de alguns anos de pedido chegou

muito material que eu acho que vai nos ajudar. Material mesmo: giz de cera, lápis, quadro-negro, bonecos. Não, bonecos ainda não chegaram, livrinhos, mas uma coisa que é uma batalha de anos, que finalmente se concretizou. Porque a presença dos psicólogos no Tribunal aqui no Rio também é relativamente recente, né? Não tem nem dez anos ainda. Então, eu acho que quem vai, entra na frente, às vezes a gente realmente se depara com situações que a gente nem imaginava, que a gente não estava preparado, e aí é o preço que se paga, mas eu acho que a coisa tende a melhorar. Acho que quando você se formar a gente já vai saber mais do que a gente sabe hoje.

E uma outra coisa que eu queria colocar, em relação à fala da Márcia também, é que acho que em outros eventos que eu participo a gente sempre fica com uma idéia que a regra é não entrevistar uma pessoa supostamente um abusador. E isso não é verdade. Quer dizer, eu sei que isso acontece, há instituições em que isso é regra, mas lá na Vara onde eu trabalho e nas colegas com que a gente conversa, os colegas, existe um cuidado, principalmente no contexto de Vara de Família, né, porque muitas acusações que a gente ouve numa Vara de Família, às vezes são coisas absurdas. Como você colocou, ah, porque na casa do pai não toma banho, ou na casa da mãe. Porque isso também acontece, não é só em relação à figura feminina, quer dizer, à figura masculina. Às vezes existe uma queixa em relação à casa da mãe, a mãe às vezes se casou novamente, o pai não gosta do novo companheiro da mãe, então as acusações às vezes se voltam para esse novo companheiro da mãe. Então, por mais que a gente se prepare, trabalhar no judiciário sempre nos pega de surpresa, porque a gente acha que já viu de tudo e aí surge uma situação nova. Mas eu acho que é isso, a mim, pelo menos, que me faz gostar de trabalhar lá. Porque a gente está sempre encarando novos desafios, não tem monotonia, jamais. Enfim, eu acho que não desista, se você tem vontade de trabalhar na área, eu acho que vale a pena.

Agora, tem uma questãozinha que o César falou que eu queria colocar também, aproveitando, que eu tenho uma experiência diferente. Às vezes quando um juiz não acata alguma coisa que eu coloquei, tem uma visão, a decisão dele aponta numa direção totalmente diferente de uma coisa que eu coloquei no meu estudo, isso às vezes me dá um certo alívio, sabe? Porque tem certos operadores do Direito que têm uma demanda que a gente realmente decida por eles. Isso eu já ouvi, uma juíza uma vez me disse “ah, eu quero que em três horas você diga com quem a criança deve ficar”. Era um processo grave, um litígio acirrado, como é que em três horas, numa situação de anos de violência doméstica, uma situação complicada, você vai poder... nem com uma iluminação, assim, não tem como! (Alguém fala alguma coisa inaudível). Sim, o máximo, você pode com o tempo, com muitas entrevistas, às

vezes apontar uma direção. Apontar uma direção, que é outra coisa de decidir. Por isso que às vezes numa situação claro que eu não coloquei, porque eu não tinha como colocar, mas eu sei que em alguns juízos pode ser fonte de problema, porque a demanda é essa mesmo, mas não são todos, o judiciário tem isso de peculiar, cada juízo às vezes tem uma marca muito forte da pessoa que está ali naquela posição de magistrado. Então a gente, enfim, se depara com profissionais que trabalham de diferentes formas. Acho que, eu procuro dialogar, procuro expor, bato na porta do gabinete, doutora, doutor, me coloco, acho que a gente não pode ficar passivo. A gente tá ali interagindo, então... enfim, eu já falei muito. Mas é porque eu não quero que uma pessoa que de repente pode ser um profissional, um colega, venha a desistir (risos). Acho que é difícil, às vezes é pesado, mas eu acho que é extremamente gratificante em alguns momentos também, enfim, acho que vale a pena a tentativa, tá?

Participante: Elizabeth

Meu nome é Elizabeth Paiva, sou psicóloga do famigerado, atualmente chamado DEGASE, que é o departamento sócio-educativo geral de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa. Bom, eu também trabalho em Nilópolis, trabalho no CRIAM de Nilópolis, e é muito interessante, César, quando você fala que o juiz... a juíza francesa colocando que não quer tudo, né? Vamos dizer, o que a gente percebe no dia-a-dia com os juízes, principalmente juízes de infância e juventude, com os adolescente em conflito com a lei é exatamente que o psicólogo, ou a equipe que acompanha o psicólogo em cumprimento de medida sócio-educativa dê a ele subsídios muito concretos, e às vezes até um certificado de garantia de que o sujeito não mais vai cometer um ato infracional. E uma das coisas que a gente tem apontado muitas vezes para alguns juízes é exatamente o seguinte: “olha, o certificado de garantia que vai num eletrodoméstico está lá escrito que se der defeito pode ser corrigido, né? Você tem como fazer alguma coisa. E como é que você enquanto psicólogo vai dar um laudo conclusivo de que não vai mais cometer um ato infracional?” Eu acho que essa é uma inquietação e aí eu digo para você: “bem-vindo ao mundo da questão da Psicologia e o Direto!” É um lugar de... e eu acho que a Psicologia já é um campo de inquietação, né, não tem jeito, não tem saída. E eu acho que a Leila, quando ela fala da questão de você estar contextualizando o que você escreve, quem é esse adolescente, de que família, de que sociedade, em que lugar, em que comunidade ele está inserido. E hoje eu penso o seguinte: eu não faço mais laudos só com relação à questão da subjetividade. Mas eu falo de como é que um adolescente, um jovem, pode cumprir a medida sócio-educativa. As dificuldades e nesse sentido eu acho que estou – eu e colegas – caminhando no sentido de que

agora a gente escreve os relatórios junto com os adolescentes. E que, realmente, o momento de uma reavaliação e de um re-julgamento seja um momento de fala, de palavras, de discussão, de contradições. E não mais simplesmente um laudo que dê um parecer conclusivo.

Participante: Tatiane

Boa noite, meu nome é Tatiane, eu sou estudante ainda, da UFRJ, e assim, isso que a colega falou agora, de que é um lugar de inquietações eu to percebendo muito, principalmente essa área, que é uma área que eu tenho me interessado muito ultimamente, mas que realmente tem me trazido muitas inquietações. E o que me chamou atenção, principalmente na pesquisa da Márcia, foram alguns relatos quando uma das psicólogas fala: “ah, eu não posso afirmar que a criança foi abusada porque ela utilizou do boneco anatômico e aí tava lá mexendo num orifício, de repente é por uma curiosidade, por uma novidade, o boneco”. E aí depois um outro relato falou também que “ah, se a criança ainda não falou nada, eu vou dar um laudo parcial”, né, uma psicóloga falou, “aí depois que a criança falou eu posso dar meu laudo conclusivo”. Isso é uma questão muito assim para mim, porque eu fico pensando assim, então a idéia que eu tive com esse relato é: no laudo parcial eu ainda não tenho certeza, no laudo conclusivo eu tenho a certeza de que ela foi abusada, porque alguma coisa que ela me falou sugeriu isso. E eu acho isso muito complicado.

E uma outra questão que me surgiu é, não sei, desculpa a ignorância, se isso já foi algo muito claro, mas como é que é essa capacitação que vocês falaram tanto? Que os psicólogos o tempo todo falaram “o profissional tem que estar capacitado, se ele não estiver capacitado ele não vai poder afirmar, se ele tiver capacitado ele vai poder afirmar”. Então eu fiquei pensando como é que é essa capacitação, então, que permite que o psicólogo possa afirmar que a criança realmente foi abusada, por exemplo?

Palestrante: Márcia

Eu fiquei pensando na pergunta sobre capacitação e acho que a fala da Leila remete a isso. Afinal, o que é um profissional capacitado? Não é aquele que fez, necessariamente, um curso de capacitação. Ele tem que estar preparado pessoalmente, ele tem que estar preparado porque estudou, porque foi adquirindo experiência, porque debateu sobre o assunto. Porque

está sempre em um processo de reflexão, como a colega falou. Se entramos muito imaturos para assumir aquelas funções, vamos precisar buscar um caminho para aprender, para fazer esse trabalho com a competência e ética exigidas, e precisamos recorrer ao Conselho, ao Código, e sempre estar circulando, tanto no que nós temos de teoria, quanto de recurso e das experiências dos profissionais da área que podem também estar contribuindo. Por exemplo, esse é um espaço que serve para fazer essa capacitação também, porque promove essa reflexão, onde tomamos conhecimento das pesquisas, dessas experiências que nos auxiliam na reflexão e formação de opinião.

Falando em pesquisa, eu me vejo como uma pesquisadora e gosto desse lugar, porque é um lugar que exige humildade, exige o reconhecimento de que eu sou uma pessoa que precisa pesquisar, estudar e refletir para desenvolver um conhecimento. O psicólogo pode estar assumindo esse lugar, de estar o tempo todo questionando sua prática, buscando se aprimorar, um lugar mais humilde, de quem procura fazer o melhor possível com as informações que dispõe, com os recursos que dispõe, sem perder de vista que o horizonte é maior do que seu olhar consegue capturar.

Assim, o que é uma capacitação? Se ficarmos restritos ao curso de capacitação: “eu recebi um treinamento e me capacitou”, podemos perguntar se realmente estamos capacitados para o trabalho. Aliás, podemos questionar o que nos está sendo ensinado no curso de capacitação. Eu mesma promovi alguns questionamentos por considerar o que estava sendo ensinado incompatível com o que eu pensava. Isso promoveu debates no grupo e penso ter sido proveitoso para todos, incluindo para os professores, que se permitiram sair desse lugar de saber para reconsiderar novos pontos de vista. A idéia é não recebermos, passivamente, aquilo que nos é dado, mas refletir para também poder contribuir: isso é parte da formação. O tempo todo precisamos trocar idéias, contribuindo com a formação do conhecimento.